



**AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 9.007/2024**  
**CONTRATANTE - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS**  
**DO MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA – IPREMU**

**LOCAL**

Sistema de Dispensa Eletrônica integrante do Sistema de Compras do Governo Federal – Comprasnet 4.0, disponível no endereço eletrônico:

<https://www.gov.br/compras/pt-br/>

**OBJETO**

Contratação de empresa especializada em serviços de reparos e manutenção de imóveis **com fornecimento de materiais**, visando a recomposição de cobertura: reposição de telhas quebradas e adequações do telhado; restituição da parte elétrica: reposição de fios e cabos para funcionamento de tomadas da edificação, restituição de quadro elétrico incluso reposição da entrada de energia e acessórios; limpeza e descarte de materiais.

O serviço será realizado nos imóveis do Instituto localizados nos seguintes endereços:

- Rua Silviano Brandão nº122, Bairro Centro, Uberlândia-MG;
- Rua Johnen Carneiro, nº1460, Bairro Lídice, Uberlândia-MG.

**VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO**

R\$54.332,91 (cinquenta e quatro mil trezentos e trinta e dois reais e noventa e um centavos).

**CRITÉRIO DE SELEÇÃO PROPOSTA:**  
**MENOR PREÇO GLOBAL**

**PERÍODO DE VISITAS**

De 18/04/2024 das 13:00 às 17:00h

Até 19/04/2024 das 13:00 às 17:00h

\*O agendamento da visita poderá ser feito no telefone (34)3239-6728/6733 no período das 12 às 18 horas.

**PERÍODO DE PROPOSTAS**

AMA/IPREMU



De 22/04/2024 às 08:00h  
Até 24/04/2024 às 23:59h

### **PERÍODO DE LANCES**

De 25/04/2024 às 11:30h  
Até 25/04/2024 às 17:30h

### **PREFERÊNCIA PARA ME/EPP/EQUIPARADAS SIM**

### **DOCUMENTAÇÃO:**

A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista consta do Termo de Referência/Projeto Básico (Anexo I) deste Aviso, que poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF. A documentação relativa à qualificação técnica e econômico-financeira, caso exigida, também consta no Termo de Referência/Projeto Básico (Anexo I)

Assinado Digitalmente por:

André Luiz Goulart  
Diretor Geral do IPREMU  
\*\*IBljANBg\*\*\*\*\*ihjnHnLT\*\*T+UO0\*\*\*\*\*DAQAB - e-  
CPF  
15/04/2024 17:31:07

A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://assinaturadocumento.uberlandia.mg.gov.br/> informando a identificação do sistema 20240638144IPREMU e o código verificar 6OLI ou através do QR CODE acima.

AMA/IPREMU

Rua Bernardo Guimarães, 125, Centro, Uberlândia/MG

(34) 3239-6700/ (34) 3239-6701

**PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 9007/2024**  
**ART. 75 , INC. I DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021**  
**EDITAL**

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o **Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Uberlândia - IPREMU**, situado à Rua Bernardo Guimarães, nº 125, Bairro Centro, Uberlândia/MG, CEP: 30140-081, realizará **DISPENSA ELETRÔNICA DE LICITAÇÃO**, critério de julgamento do tipo **menor preço**, nos termos do inciso I do **Art. 75 da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021**, do Decreto Municipal n.º 20.154 de 1º de fevereiro de 2023, deste instrumento, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021, no que for aplicável, e demais legislação correlata.

1) **OBJETO, ESPECIFICAÇÕES E NORMAS DE EXECUÇÃO:**

1.1) O objeto da presente contratação direta via dispensa de licitação segue detalhado no Termo de Referência/Projeto Básico (Anexo I), bem como nas especificações e normas de execução a serem analisadas cuidadosamente pelos Fornecedores interessados em participar.

1.2) Em caso de divergência com a especificação divulgada pelo site <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, prevalecerá a descrição do Termo de Referência/Projeto Básico para efetivação da contratação, tendo em vista não haver CATMAT disponível com a descrição exata do item pretendido.

2) **CONDIÇÕES GERAIS DE PARTICIPAÇÃO:**

2.1) Caberá ao fornecedor:

2.1.1) Credenciar-se previamente junto ao Sistema, indicando os municípios e as linhas de fornecimento que pretende atender, para obtenção da senha de acesso ao Sistema de Cotação Eletrônica, conforme Manual do Sistema de Dispensa Eletrônica, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, para acesso ao sistema e operacionalização;

2.1.2) Submeter-se às presentes normas, às Condições Gerais da Contratação, constantes do Termo de Referência/Projeto Básico que acompanha o Aviso;

2.1.3) Acompanhar as operações no Sistema durante a sessão pública virtual, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão.

2.1.4) Responsabilizar-se pelas transações que forem efetuadas em seu nome, no Sistema, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

2.2) Como requisito para a participação em dispensa eletrônica, o fornecedor deverá assinalar, em campo próprio do Sistema:

2.2.1) A inexistência de fato impeditivo para licitar e/ou contratar com a Administração Pública;

2.2.2) O pleno conhecimento e aceitação das presentes regras, das condições gerais da contratação, constantes no Termo de Referência/Projeto Básico anexo, que é parte integrante e indissociável deste Aviso.

**2.3) Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:**

2.3.1) Que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

2.3.2) Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.3.3) Que se enquadrem nas seguintes vedações:

a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;



f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.3.3.1) Entende-se por impossibilitada de participar da licitação a empresa impedida de licitar/contratar com o IPREMU e/ou declarada inidônea para licitar ou contratar com quaisquer órgãos da Administração Pública.

2.3.3.2) Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.3.3.3) Aplica-se o disposto na alínea “c” também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

2.3.4) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

2.4) A permissão ou vedação de participação de Cooperativas se encontra disposta no Termo de Referência/Projeto Básico.

### 3) DO INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL:

3.1) A participação na presente dispensa eletrônica se dará mediante Sistema de Dispensa Eletrônica integrante do Sistema de Compras.gov.br, disponível no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>, em data e horário previsto nesse Aviso e de acordo com a Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021, no que for cabível, e demais normas contidas neste instrumento.

3.1.1) O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

3.2) A proposta inicial, bem como os lances subsequentes, quando for caso, deverão ser registrados, em moeda corrente nacional (R\$) e limitado a 02 (duas) casas decimais (R\$XX,XX), para o item, com validade mínima da proposta de 60 (sessenta) dias.

3.2.1) Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na contratação;

3.2.2) A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que prevê o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de fornecer os bens e/ou executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, se for o caso, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.2.3) A proposta inicial a ser anexada poderá seguir o modelo próprio do fornecedor, devendo apresentar os elementos necessários para identificação do fornecedor, especificação completa do objeto (Ex: modelo e marca) e preços propostos.

3.2.3.1. A descrição do objeto deverá conter informações similares à especificação do Termo de Referência, indicando, no que for aplicável: a marca, o modelo, o fabricante, o prazo de validade ou de garantia, o número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando previsto no Termo de Referência.

3.2.3.2. A marca/modelo ofertado na proposta inicial não poderá ser alterada no curso do processo.

3.2.4) Poderão ser desclassificadas as propostas que identifiquem o participante nos campos de cadastramento do portal (marca, descrição, fabricante, etc) ou que apresente alteração de marca/modelo com relação à proposta inicial.

#### 4) FASE DE LANCES

4.1) A partir do horário e data estabelecida no preâmbulo deste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

4.2) Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

4.2.1) O lance deverá ser ofertado pelo valor total estimado.

4.3) O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

4.3.1) O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

4.3.2) O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de R\$ 100,00 (cem reais).

4.4) Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

4.5) Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

4.6) Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.

4.7) Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

4.7.1) O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

## 5. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

5.1) Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

5.2) No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

5.2.1) Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.

5.2.2) A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

5.2.3) Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica.

5.3) Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e de documentos complementares, constantes do Termo de Referência/Projeto Básico, se necessário.

5.4) Será considerado vencedor do Processo de Dispensa Eletrônica aquele que apresentar, durante o período da cotação, a proposta de menor valor, sendo-lhe adjudicado o objeto, desde que o objeto ofertado atenda as especificações exigidas para o item e a empresa cumpra os requisitos de habilitação.

5.5) O órgão contratante poderá anular ou revogar a dispensa eletrônica, total ou parcialmente, sem que disso resulte, para o proponente, direito a qualquer indenização ou reclamação.

5.6) Será desclassificada a proposta vencedora que:

5.6.1) conter vícios insanáveis;

5.6.2) não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

5.6.3) apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação (final e unitários);

5.6.4) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

5.6.5) apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

5.7) Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

5.7.1) for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

5.7.2) apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

5.8) Em contratação de obras ou serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

5.8.1) para efeito de avaliação da exequibilidade e de sobrepreço, serão considerados o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, observado o critério de aceitabilidade de preços unitário e global a ser fixado neste Aviso de Contratação Direta, conforme as especificidades do mercado correspondente;

5.8.2) serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.

5.8.3) será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo a Lei.

5.9) Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

5.10) Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

5.10.1) O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

5.10.2) Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

5.11) Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

5.12) Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

5.13) Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

5.14) Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

## 6) DA HABILITAÇÃO:

6.1) Os documentos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

6.2) Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União;
- c) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

6.2.1) Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b” e “c” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>).

6.3) A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista consta do Termo de Referência/Projeto Básico (Anexo I deste Aviso), que poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF. A documentação relativa à qualificação técnica e econômico-financeira, caso exigida, também consta no Termo de Referência/Projeto Básico (Anexo I).

6.4) O Agente Público servidor responsável pela cotação, exceto para documentos de qualificação técnica específicos, poderá consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissoras de certidões, para verificar as condições de habilitação das participantes, desde que possam ser verificadas imediatamente.

6.4) Caso o Agente Público servidor não logre êxito em obter o documento correspondente por meio do sítio oficial, ou na hipótese de se encontrar vencido no SICAF, a participante será convocada a encaminhar, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, o documento válido que comprove o atendimento das exigências deste documento, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das empresas qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte, conforme estatui o art. 43, § 1º da Lei Complementar Federal nº. 123/2006.

6.5) Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

6.6) Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

## 7) CONTRATAÇÃO

7.1) Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, o adjudicatário será convocado para no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, conforme condições definidas no Termo de Referência/Projeto Básico para assinar o Termo de Contrato, que se dará de forma preferencialmente eletrônica, OU para retirar instrumento hábil substituto (carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço), de acordo com o art. 95 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

7.2) O contrato e normas de reajustes seguirão as regras estabelecidas no Termo de Referência/Projeto Básico, que se tornará parte integrante do instrumento, se for o caso.

## 8) DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1) O procedimento será divulgado no Comprasnet 4.0 e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado - Sicaf, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

8.2) No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

8.2.1) republicar o presente aviso com uma nova data;

8.2.2) valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

8.2.2.1) No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

8.2.3) Fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

8.3) As providências dos subitens 8.2.1 e 8.2.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto)

8.4) Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

8.5) Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

8.6) Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

8.7) No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.8) Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

8.9) Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência/Projeto Básico e seus anexos;

ANEXO II - Minuta de Termo de Contrato.

8.10) As informações complementares poderão ser obtidas no órgão contratante, a partir da divulgação do Aviso de Dispensa Eletrônica, pelo telefone (34) 3239-6736 ou pelo e-mail carlos@ipremu.mg.gov.br, sendo resolvidos os casos omissos pelo Setor de Compras.

Uberlândia/MG,

**ANDRE LUIZ GOULART**

Diretor Geral - IPREMU

\* Documento assinado, nos termos da delegação de poderes conferida pelo Decreto s/no de 01 de abril de 2023, e de forma eletrônica, conforme certificação digital.



## IPREMU- INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA

### 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

#### 1.1 Objeto

Tem por objeto este termo de referência a contratação de empresa especializada em serviços de reparos e manutenção de imóveis **com material**, para realização de:

- Recomposição de cobertura: reposição de telhas quebradas e adequações do telhado;
- Restituição da parte elétrica: reposição de fios e cabos para funcionamento de tomadas da edificação, restituição de quadro elétrico incluso reposição da entrada de energia e acessórios;
- Limpeza e descarte de materiais.

Nos imóveis de propriedade do IPREMU situados a Rua Silviano Brandão, 122, Bairro Centro, Uberlândia-MG e Rua John Carneiro, 1460, Bairro Lídice, Uberlândia-MG, nos termos das tabelas abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

#### IMÓVEL RUA JOHN CARNEIRO, 1460, BAIRRO LÍDICE

| ITEM | DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS  | UNID. | QUANT. | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL   |
|------|---|-------|--------|----------------|---------------|
| 1    | Reposição de fios e cabos para funcionamento de tomadas da edificação               | VB    | 1      | R\$ 17.381,33  | R\$ 17.381,33 |
| 2    | Restituição de quadro elétrico incluso reposição da entrada de energia e acessórios | VB    | 1      | R\$ 12.258,53  | R\$ 12.258,53 |
| 3    | Reposição de telhas quebradas e adequações do telhado                               | VB    | 1      | R\$ 982,06     | R\$ 982,06    |
| 4    | Limpeza e descarte de materiais   | VB    | 1      | R\$ 1.440,33   | R\$ 1.440,33  |
|      | <b>TOTAL</b>  |       |        |                | R\$ 32.062,25 |

#### IMÓVEL RUA SILVIANO BRANDÃO, 122, BAIRRO CENTRO

| ITEM | DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS  | UNID. | QUANT. | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL  |
|------|---|-------|--------|----------------|--------------|
| 1    | Reposição de fios e cabos para funcionamento de tomadas da edificação               | VB    | 1      | R\$ 9.898,00   | R\$ 9.898,00 |
| 2    | Restituição de quadro elétrico incluso reposição da entrada de energia e acessórios | VB    | 1      | R\$ 5.693,33   | R\$ 5.693,33 |

|   |   |    |   |              |                      |
|---|---|----|---|--------------|----------------------|
| 3 | Reposição de telhas quebradas e adequações do telhado | VB | 1 | R\$ 5.260,00 | R\$ 5.260,00         |
| 4 | Limpeza e descarte de materiais                       | VB | 1 | R\$ 1.419,33 | R\$ 1.419,33         |
|   | <b>TOTAL</b>  |    |   |              | <b>R\$ 22.270,66</b> |

**TOTAL GLOBAL: R\$ 54.332,91 (cinquenta e quatro mil trezentos e trinta e dois reais e noventa e um centavos)**

1.1.1 Todo material e ferramentas necessários para a execução do objeto serão por conta da Contratada.

## **1.2 Especificação do objeto**

### **1.2.1 CARACTERIZAÇÃO DO IMÓVEL LOCALIZADO NA RUA SILVIANO BRANDÃO, 122 – BAIRRO CENTRO**

O imóvel é de propriedade do IPREMU. Em termos construtivos, caracteriza-se por uma edificação constituída de garagem (transformada em sala, com fechamento em alvenaria), sala de estar, sala de TV/escritório, cozinha, copa, banheiro social, corredor, 3 (três) quartos sendo 1 (uma) suíte, banheiro e quarto para funcionários e quintal coberto, transformado em um salão, com aproximadamente 268,86 m² de área total construída.

Em termos de cobertura, existem duas naturezas dominantes, uma em telhas de fibrocimento e outra em telhas de cerâmica estilo romana.

### **1.2.2 CARACTERIZAÇÃO DO IMÓVEL LOCALIZADO NA RUA JOHEN CARNEIRO, 1.460 – BAIRRO LÍDICE**

O imóvel é de propriedade do IPREMU. Possui 2 (duas) edificações: um prédio em dois pavimentos, sendo constituído o térreo de dois banheiros e salão comercial e o pavimento superior de um apartamento, com sala de estar, 02 (dois) banheiros, 02 (dois) quartos, copa cozinha, lavanderia e uma residência térrea, constituída de sala de estar, suíte, 04 (quatro) quartos, jardim de inverno, banheiro social, cozinha e lavanderia, com aproximadamente 312,05 m² (apartamento: 104,75 m², comércio: 104,75 m² e casa: 96,62 m²) de área total construída.

A cobertura é constituída por telhas de fibrocimento.

1.3 Nenhum objeto desta contratação se enquadra como sendo bem de luxo, conforme Decreto Federal nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4 O Estudo Técnico Preliminar foi dispensado conforme art. 54, inciso I do Decreto Municipal 20.154/2023 por se tratar de contratação prevista no art. 75, inciso I da Lei 14.133/2021.

## **1.5 Valor Estimado**

1.5.1 Os preços foram formados conforme Relatório de Pesquisa de Preços, que compõe a documentação que instrui esta demanda.

1.5.2 O custo estimado total da contratação é de R\$ 54.332,91 (cinquenta e quatro mil trezentos e trinta e dois reais e noventa e um centavos), conforme somatório da média dos custos totais para realização dos serviços nos dois imóveis, obtidos mediante cotação.

## **1.6 Do Reajuste Contratual**

1.6.1 O prazo ora definido neste instrumento é estimado pelo período de 6 (seis) meses, podendo ser prorrogado por intermédio de autorização expressa da CONTRATANTE, mediante solicitação e justificativa fundamentada da CONTRATADA.

1.6.2 O Contrato é irrevogável por se tratar de entrega imediata.

## **1.6.3 Da Visita Técnica**

1.6.3.1 As empresas interessadas poderão agendar visita técnica para realizarem a vistoria dos locais onde serão realizados os serviços. Dessa forma, aqueles que assim o desejarem, poderão tomar ciência das condições inerentes aos serviços. A vistoria é importante para que a CONTRATADA obtenha conhecimento das especificidades dos locais onde serão realizados os serviços;

1.6.3.2 Serão disponibilizados 2 (dois) dias úteis para realização das visitas técnicas, que deverão ser agendadas no período entre 13:00 e 17:00.

1.6.3.3 O Termo de Vistoria, conforme Anexo H, servirá como documento comprobatório declarando que a Empresa procedeu a vistoria nas instalações do IPREMU e tomou conhecimento de todas as condições necessárias para a execução dos serviços objetos deste Termo de Referência, de forma a subsidiar a formulação de sua proposta;

1.6.3.4 Não serão aceitas alegações posteriores quanto ao desconhecimento de qualquer detalhe, incompreensão, dúvidas ou esquecimento que possam provocar empecilhos na realização dos serviços discriminados neste Termo, ou ainda, gerar atrasos na execução dos trabalhos, arcando a CONTRATADA com quaisquer ônus decorrentes desses fatos.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1 Justifica-se a contratação dos serviços tendo em vista a necessidade de reparo nos danos causados pela ação dos criminosos, visando a manutenção e conservação do patrimônio do Instituto.

## **3 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

3.1 Entendemos que o serviço de reparo das edificações constitui a melhor solução para a conservação do patrimônio imobiliário do Instituto.

3.2 A adjudicação do objeto será **GLOBAL**.

## **4 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **4.1 Sustentabilidade**

4.1.1 A CONTRATADA deverá observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 3º e 10º da Resolução nº 307, de 05/07/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, e Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010.

### **4.2 Da exclusividade de participação de ME e EPP**

4.2.1 O presente processo de dispensa eletrônica será exclusivo para participação de empresas enquadradas como Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte, tendo em vista o enquadramento no art. 48, inciso I da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

### **4.3 Da participação de consórcios**

4.3.1 A vedação à participação de empresas consorciadas ou agrupadas justifica-se no entendimento do Instituto de que a admissão de consórcios nas licitações é recomendada quando o objeto licitado for considerado de alta complexidade ou vulto, pois nestes casos está diretamente relacionada com a ampliação da competitividade, no sentido de permitir a participação de empresas que, isoladamente, não atenderiam a todos os requisitos de qualificação técnica e/ou econômico-financeira exigidos no instrumento convocatório. Em se tratando de licitações destinadas à aquisição de equipamento e/ou contratação de serviços comuns, não se vislumbra restrição no universo de possíveis licitantes, pois as empresas participantes, em sua maioria, já apresentam o mínimo exigido no tocante à qualificação técnica e econômico-financeira para a execução de contratos dessa natureza.

4.3.2 Nestes casos, portanto, a vedação à participação de consórcios não acarretará em prejuízos à competitividade do certame, muito pelo contrário, o objetivo é justamente evitar que a reunião de empresas por meio de consórcios, quando poderiam estar ofertando lances de modo individual, reduza o número de licitantes com propostas independentes, o que diminuiria, consequentemente, a concorrência, não sendo demais atentar quanto ao aumento da possibilidade de cartelização do mercado para manipular os preços nas licitações.

### **4.4 Da Subcontratação**

4.4.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

## **5 CLÁUSULA ANTICORRUPÇÃO**

5.1 A CONTRATADA declara conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação, em especial a Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013) e Decreto Municipal nº

18.389/2019, comprometendo-se a cumpri-las fielmente, tanto por si quanto por seus sócios, administradores e colaboradores, bem como exigir o seu cumprimento por terceiros por ela contratados.

5.2 As partes do Contrato comprometem-se a manter uma conduta ética, honesta e transparente durante toda a vigência do Contrato.

5.3 A CONTRATADA assume as seguintes obrigações:

5.3.1 Não oferecer ou prometer vantagens indevidas a agentes públicos ou a pessoas a eles relacionadas, com o intuito de obter vantagem indevida, influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios ilicitamente;

5.3.2 Adotar as melhores práticas de monitoramento e verificação do cumprimento das leis anticorrupção, com o objetivo de prevenir atos de corrupção, fraude, práticas ilícitas ou lavagem de dinheiro por seus sócios, administradores, colaboradores e/ou terceiros por ela contratados;

5.3.3 Não empregar trabalho escravo ou infantil;

5.3.4 Participar de treinamentos oferecidos pela CONTRATANTE relacionados à lei anticorrupção ou às políticas internas de integridade.

5.4 A CONTRATADA tem obrigação de comunicar imediatamente a CONTRATANTE, por escrito, caso tome conhecimento de algum pagamento impróprio realizado, direta ou indiretamente, por um de seus sócios, administradores, colaboradores e/ou terceiros por ela contratados.

## **6 MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **6.1 Prazo de execução**

O prazo para execução dos serviços será de 60 (sessenta) dias, sendo 30 (trinta) dias para cada imóvel, conforme cronograma físico-financeiro proposto pela empresa. Eventualmente a CONTRATANTE poderá sugerir alterações no cronograma físico-financeiro, desde que não ultrapasse o prazo definido.

### **6.2 Requisitos para execução**

- Todos os profissionais executores dos serviços contratados deverão estar devidamente registrados, sendo apresentada a prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- A CONTRATADA deverá apresentar todos os documentos comprobatórios requisitados neste Termo de Referência antes do ato de assinatura do Contrato;

- Durante a execução do serviço a CONTRATADA deverá manter a estrita observância da utilização de equipamentos de proteção individual (EPI) apropriados por seus funcionários, bem como quaisquer outras pessoas que tenham acesso ao local do serviço;
- Será vedada a subcontratação ou terceirização da atividade objeto deste Termo de Referência.
- A empresa garantirá o serviço prestado, e caso verificado algum vício ou erro na prestação do serviço, zelarà pela correção do mesmo.
- O serviço deverá ser prestado em dois imóveis pertencentes ao IPREMU, localizados nos seguintes endereços, nesta cidade de Uberlândia/MG:
  - Rua Silviano Brandão, 122 – Centro;
  - Rua John Carneiro, 1460 – Lídice.

### **6.3 Especificação da garantia do serviço**

6.3.1 O prazo de garantia será de 6 (seis) meses, período de duração do Contrato.

## **7 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

7.1 O Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do Contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.5 Após a assinatura do Contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da CONTRATADA, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

7.6 A execução do Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do Contrato, ou pelos respectivos substitutos, designados conforme o Decreto Municipal nº 20.154, de 1º de fevereiro de 2023.

7.7 O fiscal do Contrato acompanhará a execução do Contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no mesmo, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. O fiscal do Contrato anotará no histórico de gerenciamento do Contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do Contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do Contrato emitirá notificações para a correção da execução do Contrato, determinando prazo para a correção.

7.7.1 O fiscal do Contrato informará ao gestor do Contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do Contrato nas datas aprazadas, o fiscal do Contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do Contrato.

7.7.2 O fiscal do Contrato comunicará ao gestor do Contrato, em tempo hábil, o término do Contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual. O fiscal do Contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

7.7.3 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do Contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do Contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

7.8 O gestor do Contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do Contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do Contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do Contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

7.8.1 O gestor do Contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. O gestor do Contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do Contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do Contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

7.8.2 O gestor do Contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo CONTRATADO, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos

indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

7.8.3 O gestor do Contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

7.9 O fiscal do Contrato comunicará ao gestor do Contrato, em tempo hábil, o término do Contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

7.10 O gestor do Contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7.11 O gestor do Contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do Contrato. O CONTRATADO deverá manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do Contrato.

7.11.1 A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

## **8 DAS OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES**

### **8.4 Do CONTRATANTE:**

8.4.1 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO;

8.4.2 Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas neste Termo;

8.4.3 Nomear os representantes encarregados de fiscalizar a execução do serviço contratado;

8.4.4 Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pelo CONTRATADO, inclusive quanto a continuidade da prestação dos serviços, que, ressalvados os casos de força maior justificados pelo CONTRATADO, não deverão ser interrompidos;

8.4.5 Em caso de eventual irregularidade, inexecução ou desconformidade na execução dos serviços contratados, o agente fiscalizador dará ciência ao CONTRATADO, fazendo-o por escrito, bem como das providências exigidas pelo CONTRATANTE para sanar a falha ou defeito apontado.



## **8.5 Do CONTRATADO**

8.5.1 Fornecer serviço de qualidade conforme legislação e normas específicas, sendo realizada fiscalização por parte do CONTRATANTE para conferência dos mesmos;

8.5.2 Abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades do objeto deste Termo de Referência, sem a prévia autorização expressa do CONTRATANTE;

8.5.3 Arcar com todos os prejuízos advindos de perdas e danos, incluindo despesas judiciais e honorários advocatícios resultantes de ações judiciais a que o CONTRATANTE seja compelido a responder, no caso de os serviços prestados por força deste Contrato violarem, por culpa exclusiva do CONTRATADO, direitos de terceiros;

8.5.4 Comunicar imediatamente o CONTRATANTE qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra durante a vigência do Contrato, para a adoção das medidas cabíveis, prestando os esclarecimentos julgados necessários;

8.5.5 Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo CONTRATANTE, obrigando-se a atender as reclamações a respeito da qualidade dos serviços prestados;

8.5.6 Prestar informações e esclarecimentos solicitados pelo CONTRATANTE em prazo inferior a 48 (quarenta e oito) horas;

8.5.7 Responsabilizar-se por todas as obrigações contratuais decorrentes das relações empregatícias de seu pessoal;

8.5.8 Destinar corretamente todos os resíduos gerados pelo serviço no que tange ao acondicionamento (caçambas) e remoção;

8.5.9 O CONTRATADO é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

8.5.10 Fornecer a todos os profissionais que executarão diretamente o serviço objeto deste Termo de Referência os equipamentos de proteção individual (EPI's);

8.5.11 O CONTRATADO deverá observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 3º e 10º da Resolução nº 307, de 05/07/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, e Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010.

## **9 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

9.4 A avaliação da execução do objeto utilizará como critério o cumprimento do prazo e das

demais especificações contidas neste Termo de Referência.

9.4.1 Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o CONTRATADO:

9.4.1.1 não produziu os resultados acordados;

9.4.1.2 deixou de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;

9.4.1.3 deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

## **9.5 Do Recebimento**

9.5.1 Os serviços serão recebidos definitivamente, no prazo de 5 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo;

9.5.2 O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do CONTRATADO com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem o valor a ser pago;

9.5.3 O fiscal setorial do Contrato, quando houver, realizará o recebimento definitivo sob o ponto de vista técnico e administrativo;

9.5.4 Para efeito de recebimento definitivo, o fiscal setorial do Contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à CONTRATADA, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do Contrato.

9.5.5 O CONTRATADO fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento definitivo;

9.5.6 A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento definitivo;

9.5.7 O recebimento definitivo também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos manuais e instruções exigíveis.

9.5.8 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.5.9 Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do Contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do Contrato para conclusão do recebimento definitivo. A aceitação mediante termo detalhado, deverá obedecer aos seguintes procedimentos:

9.5.9.1 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo CONTRATADO, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

9.5.9.2 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

9.5.9.3 Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

9.5.9.4 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, em caso de acordo de pagamento após o recebimento definitivo;

9.5.9.5 Enviar a documentação pertinente ao setor de Contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão, em caso de acordo de pagamento após o recebimento definitivo.

9.5.10 Para os itens de contratação cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#), o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 05 (cinco) dias úteis.

9.5.11 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei Federal nº 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que for pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

9.5.12 Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo CONTRATADO, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

9.5.13 O recebimento definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela

segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do Contrato.

9.5.14 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

## **9.6 Liquidação**

9.6.1 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 125, inciso I do Decreto Municipal nº 20.154 de 1º de fevereiro de 2023.

9.6.2 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#).

9.6.3 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do Contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do Contrato;
- e) o valor a pagar;
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

9.6.4 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o CONTRATADO providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao CONTRATANTE;

9.6.5 Haverá retenção na fonte do imposto de renda – IR, nos termos do Decreto Municipal nº 20.086/2022 e em conformidade com a Instrução Normativa nº 1.234/2012, e suas alterações, da Receita Federal, inclusive no que se refere às isenções.

9.6.6 As notas fiscais deverão ser emitidas em observância às regras de retenção dispostas na Instrução Normativa nº 1234/2012, e suas alterações, da Receita Federal, conforme dispõe o Decreto Municipal nº 20.086/2022, sob pena de não aceitação por parte do CONTRATANTE.

9.6.7 O CONTRATADO regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123/2006 não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à

apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9.6.8 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei Federal nº 14.133/ 2021](#).

9.6.9 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

9.6.9.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

9.6.9.2 identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

9.6.10 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do CONTRATADO, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do CONTRATANTE.

9.6.11 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do CONTRATADO, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.6.12 Persistindo a irregularidade, o CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao CONTRATADO a ampla defesa.

9.6.13 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do Contrato, caso o CONTRATADO não regularize sua situação junto ao SICAF.

## **9.7 Prazo de pagamento**

9.7.1 O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis, a contar da liquidação da despesa, nos termos do art. 125, inciso II do Decreto Municipal nº 20.154 de 1º de fevereiro de 2023.

9.7.2 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#).

- 9.7.3 No caso de atraso pelo CONTRATANTE, sem culpa do CONTRATADO, os valores devidos ao CONTRATADO serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC.

#### **9.8 Forma de pagamento**

- 9.8.1 O pagamento será efetuado, conforme detalhamento a seguir:
- 9.8.1.1 100% (cem por cento) do valor contratado por imóvel, conforme entrega e recebimento definitivo dos serviços de cada imóvel;
- 9.8.2 O pagamento será realizado por meio Nota fiscal ou Ordem Bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo CONTRATADO.
- 9.8.3 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 9.8.4 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista nas legislações aplicáveis e conforme previsto neste documento.
- 9.8.5 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 9.8.6 O CONTRATADO regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar Federal nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 9.8.7 Não serão retidos os valores correspondentes ao IR, conforme hipóteses do art.4º, IN 1.234/2012.

### **10 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

#### **10.4 Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

- 10.4.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de DISPENSA DE LICITAÇÃO, na modalidade eletrônica com amparo no art. 75, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, no Decreto Municipal 20.154/2023 e na Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021 no que for aplicável.

#### **10.5 Exigências de habilitação**

10.5.1 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

10.5.1.1 Em caso de contratação de ME ou EPP cuja natureza do serviço vede o recolhimento na forma do SIMPLES NACIONAL nos termos do art. 17 da Lei Complementar Federal nº 123/2006, a mesma deverá, nos moldes e prazos estabelecidos na Receita Federal, promover seu desenquadramento do Simples Nacional, na forma do art. 30, § 1º, inc. II, da mesma Lei.

**10.5.2 Habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista**

10.5.2.1 Serão exigidos para fins de habilitação jurídica os documentos previstos no Apêndice deste Termo.

**10.5.3 Qualificação Econômico-Financeira**

10.5.3.1 Não será exigida para esta contratação.

**10.5.4 Qualificação Técnica**

10.5.4.1 Serão exigidos para fins de qualificação técnica os documentos previstos no Apêndice deste Termo.

**11 CRITÉRIOS DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA**

11.4 Compatibilidade com as especificações técnicas deste Termo de Referência;

11.5 Atendimento às normas da ABNT e normas de segurança do trabalho.

**12 DAS GARANTIAS**

**12.4 Garantia de execução**

12.4.1 A garantia da execução dos serviços iniciará após seu recebimento definitivo, encerrando-se ao final do prazo contratual.

**12.5 Garantia dos materiais**

12.5.1 Deverão ser atribuídos aos materiais o prazo de garantia de 90 (noventa) dias, contados a partir da data do recebimento definitivo dos serviços.

**13 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

13.4 A despesa será coberta através da dotação orçamentária nº 1801.09.122.4008.2.162.339039.

## 14 GESTOR E FISCAL DO CONTRATO

14.4 O gestor e fiscal do Contrato serão nomeados posteriormente, através de portaria, cabendo aos mesmos monitorar e orientar a execução do objeto pactuado.

Uberlândia, 05 de abril de 2024.

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** **AMANDA MOREIRA AMARAL**  
Data: 05/04/2024 16:49:36-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Amanda Moreira Amaral  
Assistente - COMPRAS

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** **ESLI DE ALBUQUERQUE**  
Data: 05/04/2024 17:33:11-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Esli de Albuquerque  
Diretor Financeiro



## APÊNDICES

- I. **ANEXO A:** Planta Baixa do imóvel situado na Rua Silviano Brandão, 122 – Bairro Centro
- II. **ANEXO B:** Planta Baixa do pavimento inferior do imóvel situado na Rua Johen Carneiro, 1.460 – Bairro Lídice
- III. **ANEXO C:** Planta Baixa do pavimento superior do imóvel situado na Rua Johen Carneiro, 1.460 – Bairro Lídice
- IV. **ANEXO D:** Fotos dos danos causados no imóvel situado na Rua Silviano Brandão, 122 – Bairro Centro
- V. **ANEXO E:** Fotos dos danos causados no imóvel situado na Rua Johen Carneiro, 1.460 – Bairro Lídice
- VI. **ANEXO F:** Planilha de Custos
- VII. **ANEXO G: DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**
  - **Habilitação jurídica**
    - **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
    - **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
    - **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
    - **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
    - **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a

filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

- **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.
- **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei Federal nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).
- Em caso de participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:
  - A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o Contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;
  - A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
  - A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;
  - O registro previsto na Lei Federal nº 5.764, de 1971, art. 107;
  - A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;
  - Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:
    - ata de fundação;

- estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;
  - regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
  - editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
  - três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;
  - ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;
- A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei Federal nº 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.
- **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto Federal nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#).
- **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).

*Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.*

○ **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;
- Prova de regularidade relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.
- Prova de regularidade para com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da Licitante, ou outra equivalente na forma da Lei.
- Prova de regularidade relativa à Seguridade Social.
- Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

- Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei Federal nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *municipal* relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- Prova de regularidade com a Fazenda *municipal* do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *municipais* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar Federal n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.
- Declaração firmada pela Licitante, com amparo do Decreto Federal nº. 4.358/2002 e do inciso V do art. 27 da Lei Federal nº. 8.666/1993, que não possui em seu quadro permanente menor de 18 anos de idade em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor de 16 anos de idade, em trabalho de qualquer natureza, exceto na condição de menor aprendiz, a partir de 14 anos de idade.

○ **Qualificação Técnica**

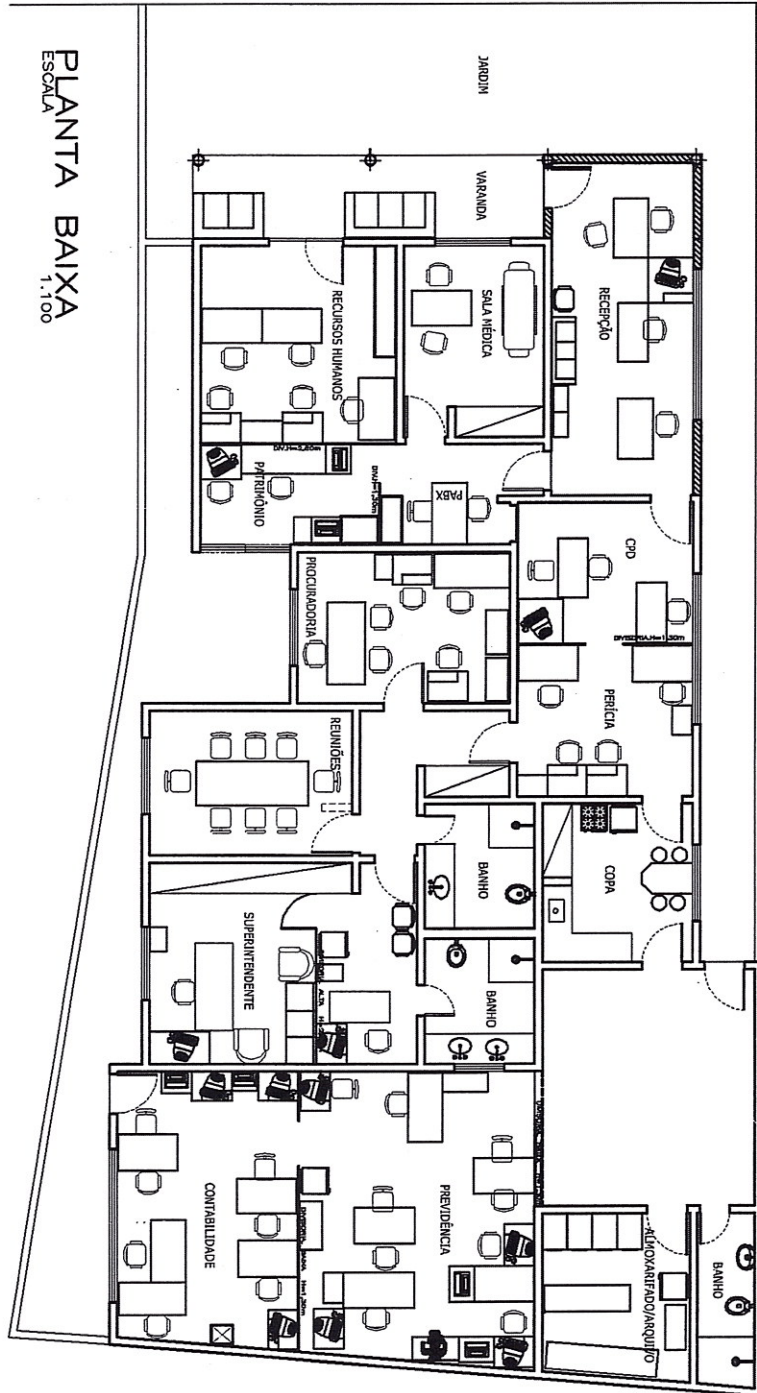
- A documentação relativa à QUALIFICAÇÃO TÉCNICA consistirá em:
  - Apresentação da certidão de registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), da empresa, em ramo de atividade compatível com o objeto desta solicitação, sendo inválida a certidão que não apresentar rigorosamente a situação atualizada da empresa, conforme Resolução do CONFEA nº 1.094/2017 e Lei Federal nº 5.194 de 24/12/1966;
  - Comprovação que a empresa possui em seu corpo técnico, na data de apresentação da proposta, profissional(ais) de nível superior, detentor(es) de atestado(s) de responsabilidade técnica

por execução de projeto de características semelhantes e compatíveis com o objeto desse Termo.

*O(s) referido(s) atestado(s) técnico(s) poderá(ão) ter sido emitido(s) em nome de profissional(ais) comprovadamente integrante(s) do quadro permanente da empresa, na data de apresentação da documentação para habilitação e pertencente(s) ao corpo de responsáveis técnicos da empresa.*

RUA SILVIANO BRANDÃO

**PLANTA BAIXA**  
ESCALA 1:100



**LEGENDA ALVENARIA**  
 ——— EXISTENTE A MANTER  
 - - - - - EXISTENTE A DEMOLIR  
 zzzzzzzz A CONSTRUIR



PREFEITURA DE UBERLÂNDIA

**Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano**

Secretário Municipal - Arquileto JOSÉ ANTÔNIO ASSIS GODOY

PROJETO/LOCAL:  
 PROJETO PARA ADEQUAÇÃO DE LAY-OUT DO IPREMU  
 AV. SILVANO BRANDÃO  
 CENTRO - UBERLÂNDIA - MG

CONTEÚDO:

- PLANTA BAIXA

**Administração Prefeito**

**ZAIRE REZENDE / 2001-2004**

FOLHA Nº:

**00/2003**

ESCALA:

INDICADAS

DESENHO:

SPECIFIC

DATA:

AGOSTO/2003

FOLHA Nº:

**01/01**



# PAVIMENTO INFERIOR

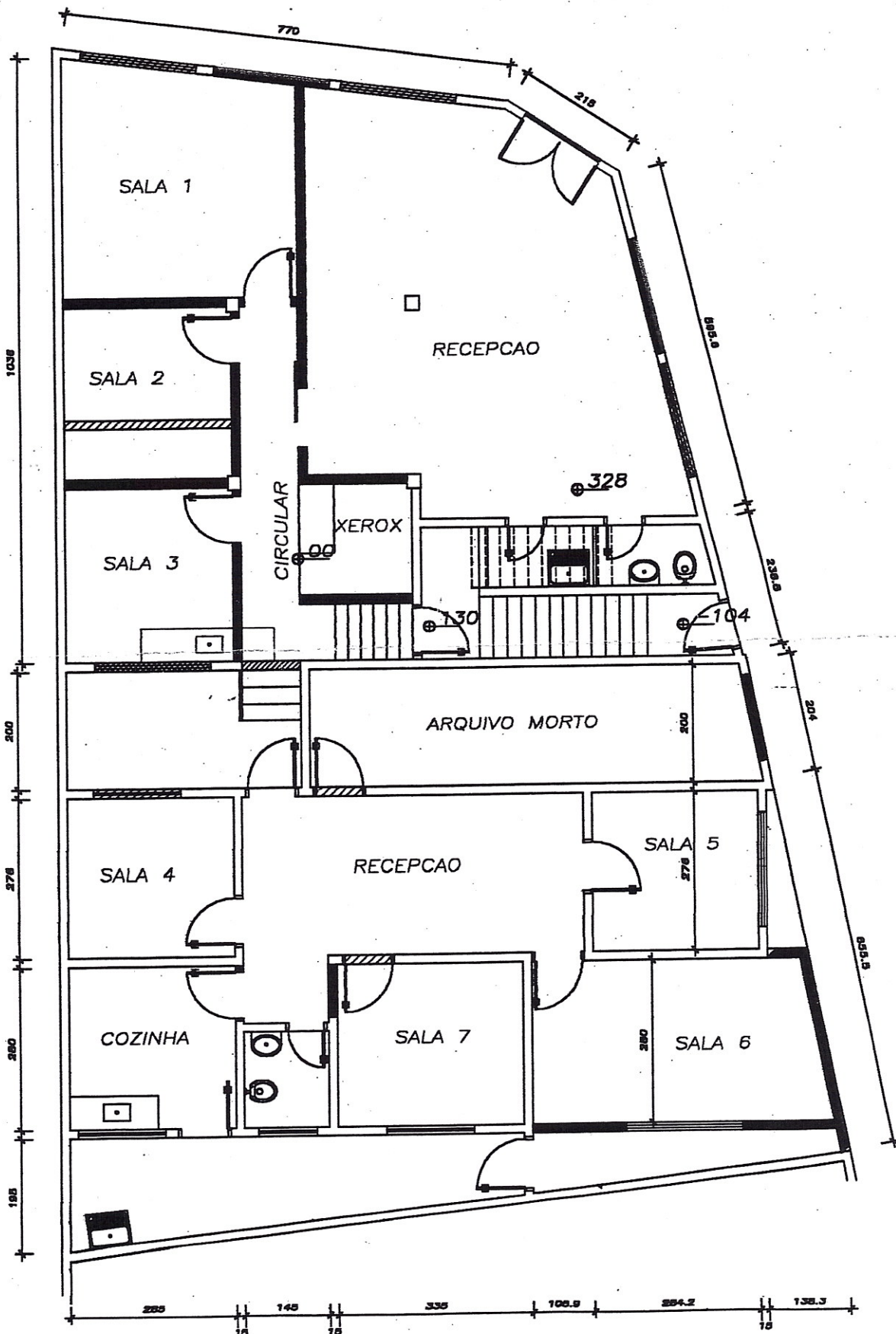
RESPONSÁVEL TÉCNICO:

HUMBERTO FERREIRA DINIZ

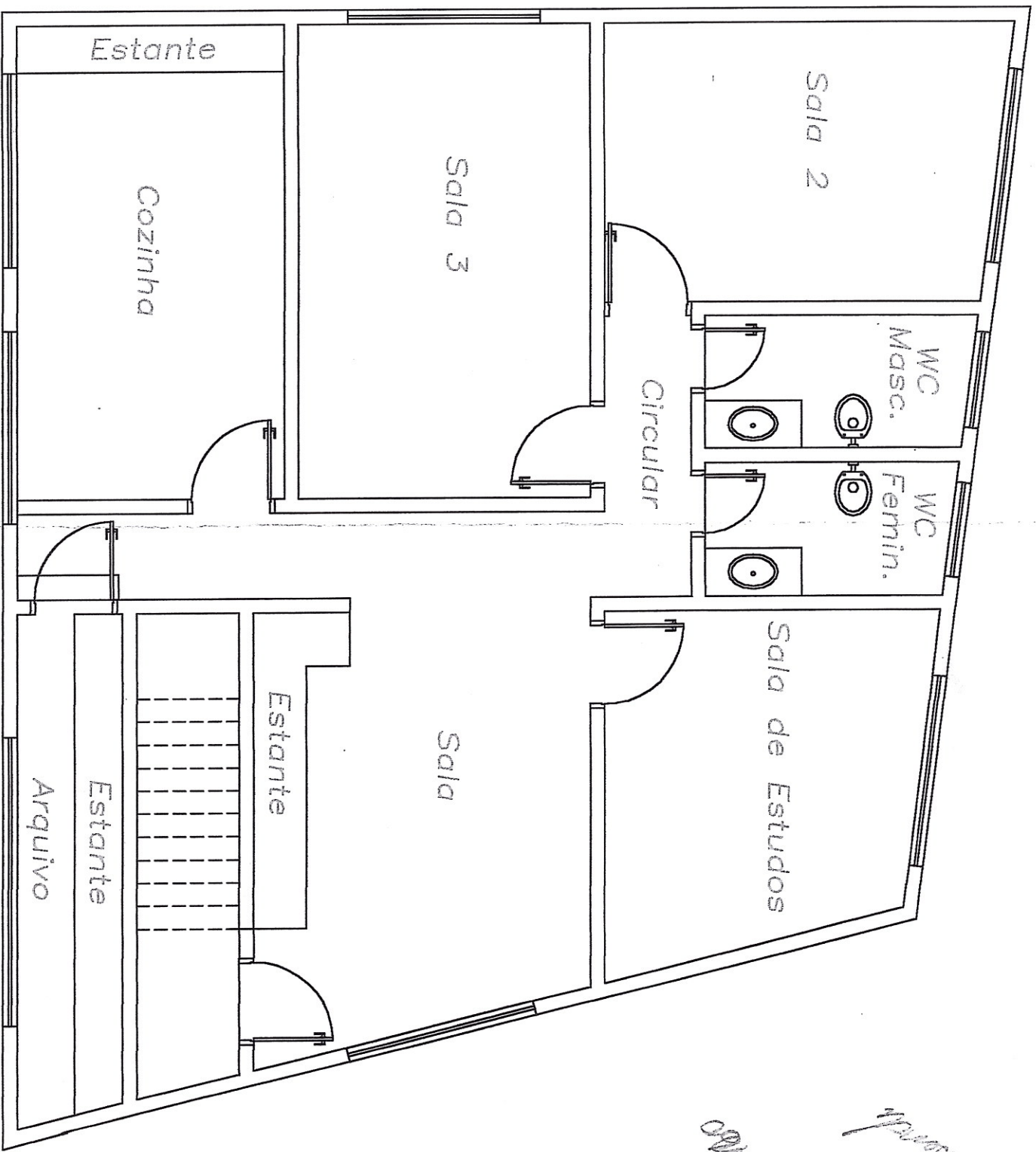
Humberto Ferreira Diniz  
Eng. Civil - CREIA 5768/D

////// A DEMOLIR

■ A CONSTRUIR



De acordo  
Paulo  
11/02/98



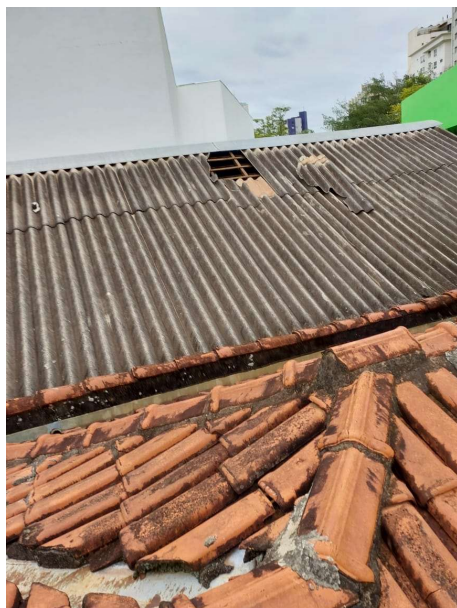
João Carlos  
11/02/98

PAVIMENTO SUPERIOR



**ANEXO D: FOTOS DOS DANOS CAUSADOS NO IMÓVEL SITUADO NA  
RUA SILVIANO BRANDÃO, 122 – BAIRRO CENTRO**

**1. DANOS NA COBERTURA (TELHADO)**





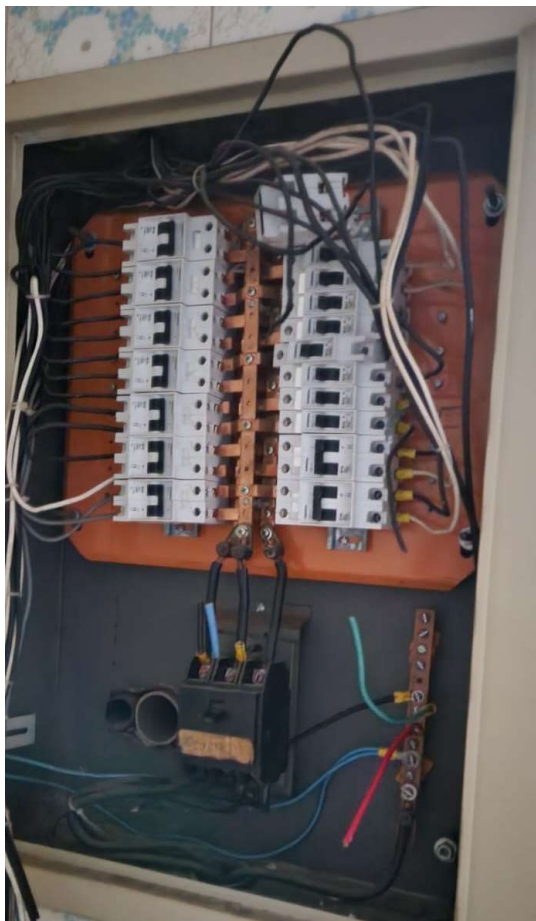
## 2. DANOS NO FORRO DE PVC

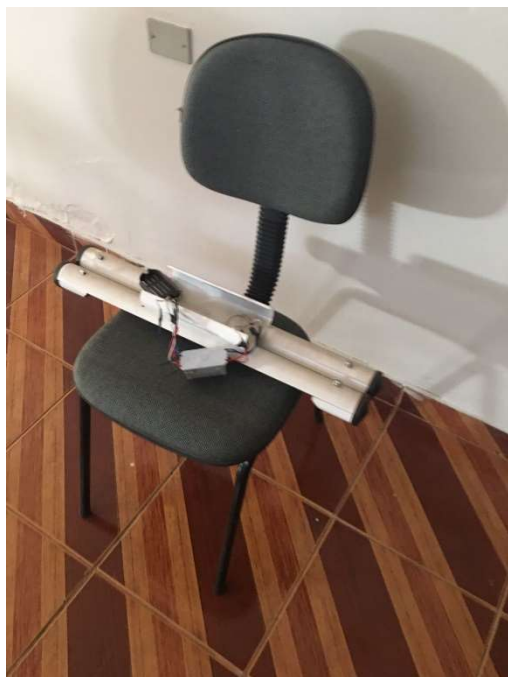






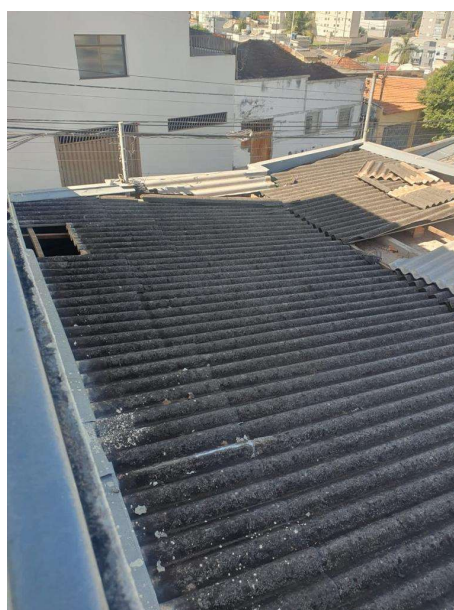
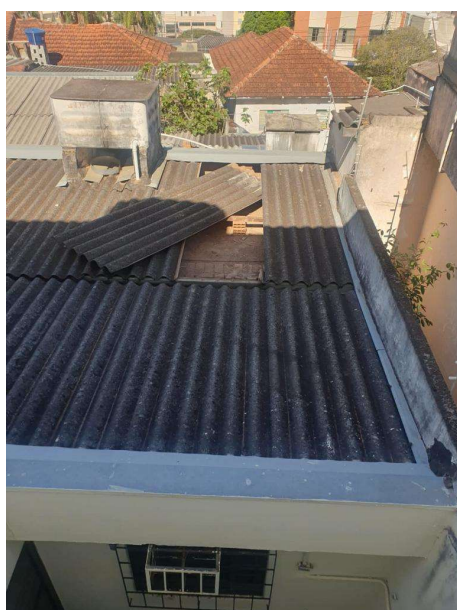
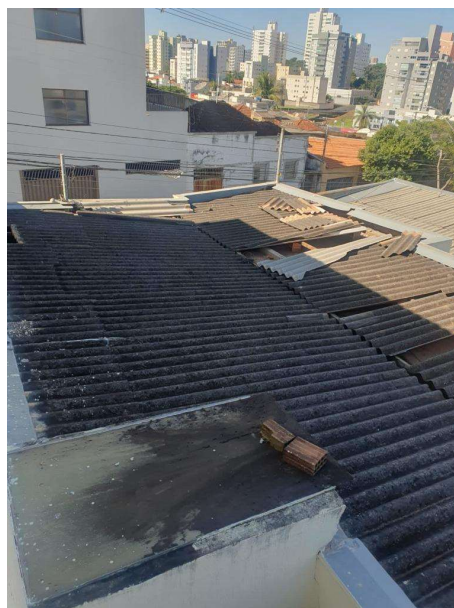
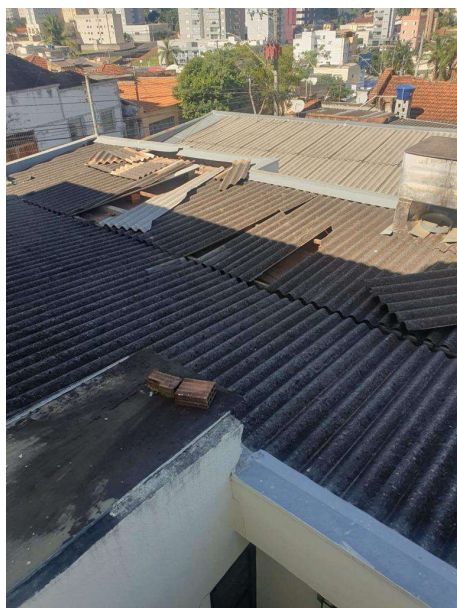
### 3. DANOS NA REDE ELÉTRICA



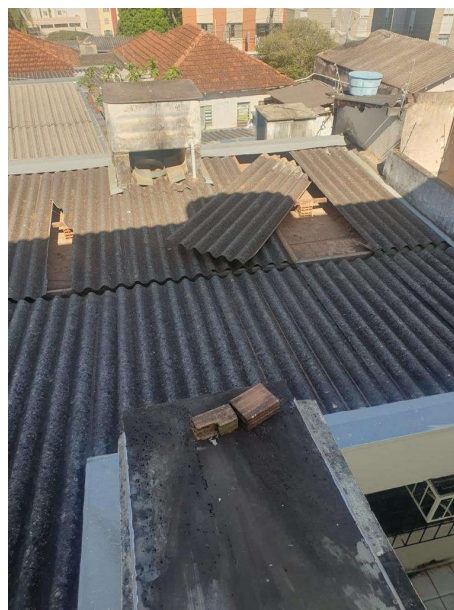
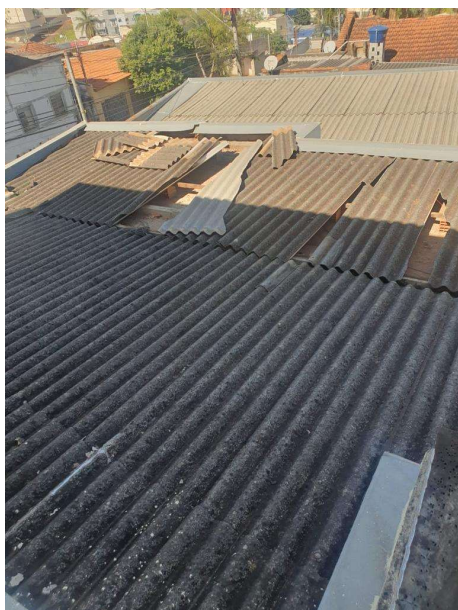


**ANEXO E: FOTOS DOS DANOS CAUSADOS NO IMÓVEL SITUADO NA RUA  
JOHEN CARNEIRO, 1.460 – BAIRRO LÍDICE**

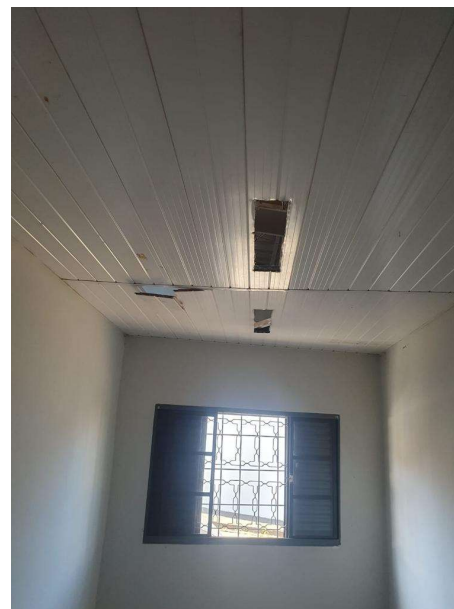
**1. DANOS NA COBERTURA (TELHAS)**

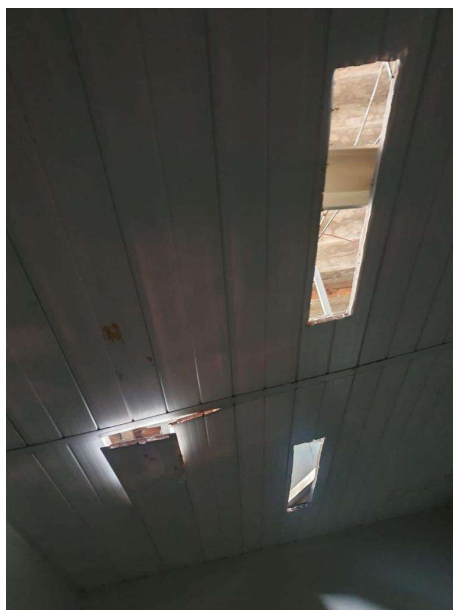






## 2. DANOS NO FORRO DE PVC





### 3. DANOS NA REDE ELÉTRICA







#### 4. DANOS NA PARTE HIDRÁULICA





EMPRESA:

CNPJ:

ENDEREÇO:

CONTATO:

RESPONSÁVEL PELA COTAÇÃO:

DATA:

| ANEXO F: PLANILHA DE CUSTOS - IMÓVEL RUA JOHEN CARNEIRO,1260 - BAIRRO LÍDICE |   |       |        |             |             |
|--|---|-------|--------|-------------|-------------|
| SERVIÇO DE REPAROS E MANUTENÇÕES DE IMÓVEIS                                  |   |       |        |             |             |
| ITEM   | DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS  | UNID. | QUANT. | VALOR UNIT. | VALOR TOTAL |
| 1  | Reposição de fios e cabos para funcionamento de tomadas da edificação               | VB    | 1      |             |             |
| 2  | Restituição de quadro elétrico incluso reposição da entrada de energia e acessórios | VB    | 1      |             |             |
| 3  | Reposição de telhas quebradas e adequações do telhado                               | VB    | 1      |             |             |
| 4  | Limpeza e descarte de materiais   | VB    | 1      |             |             |
| VALOR TOTAL DO CONTRATO  |   |       |        |             |             |

EMPRESA:

CNPJ:

ENDEREÇO:

CONTATO:

RESPONSÁVEL PELA COTAÇÃO:

DATA:

ANEXO F: PLANILHA DE CUSTOS - IMÓVEL RUA SILVIANO BRANDÃO, 122 - BAIRRO CENTRO

SERVIÇO DE REPAROS E MANUTENÇÕES DE IMÓVEIS

| ITEM                    | DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS  | UNID. | QUANT. | VALOR UNIT. | VALOR TOTAL |
|-------------------------|---|-------|--------|-------------|-------------|
| 1                       | Reposição de fios e cabos para funcionamento de tomadas da edificação               | VB    | 1      |             |             |
| 2                       | Restituição de quadro elétrico incluso reposição da entrada de energia e acessórios | VB    | 1      |             |             |
| 3                       | Reposição de telhas quebradas e adequações do telhado                               | VB    | 1      |             |             |
| 4                       | Limpeza e descarte de materiais   | VB    | 1      |             |             |
| VALOR TOTAL DO CONTRATO |   |       |        |             |             |

## ANEXO H: MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA

Ao

Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Uberlândia - IPREMU  
Ref.: Processo de Dispensa Nº \_\_\_\_/2024

Declaramos que em atendimento ao previsto no Termo de Referência referente ao  
Processo de Dispensa de Licitação Nº \_\_\_\_/2024, que eu, \_\_\_\_\_

portador(a) da CI/RG Nº \_\_\_\_\_ e do CPF Nº \_\_\_\_\_,  
Responsável da Empresa \_\_\_\_\_,  
CNPJ Nº \_\_\_\_\_, como seu representante legal para os fins  
da presente declaração, compareci perante o Instituto de Previdência dos Servidores  
Públicos do Município de Uberlândia (IPREMU) e vistoriei o(s) local(is) onde será(ão)  
executado(s) o(s) serviço(s) objeto da contratação, tomando plena ciência das condições  
e graus de dificuldades existentes.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

\_\_\_\_\_  
Assinatura e carimbo  
(Responsável Técnico da empresa)

Visto:

\_\_\_\_\_  
Responsável IPREMU

Uberlândia, 05 de abril de 2024.

gov.br Documento assinado digitalmente  
**AMANDA MOREIRA AMARAL**  
Data: 05/04/2024 16:56:18-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Amanda Moreira Amaral

Assistente - COMPRAS

gov.br Documento assinado digitalmente  
**ESLI DE ALBUQUERQUE**  
Data: 05/04/2024 17:33:11-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Esli de Albuquerque

Diretor Financeiro

## ANEXO II

### MINUTA CONTRATUAL

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DAS PARTES E FUNDAMENTO:

**1.1 - CONTRATANTE - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA - IPREMU**, Autarquia Municipal, inscrita no CNPJ sob o nº 22.224.976/0001-80, com sede nesta cidade, na Rua Bernardo Guimarães, 125, Centro, CEP 38400-198, neste ato representado por seu Superintendente André Luiz Goulart, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 210.961.046-87, residente e domiciliado nesta cidade, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Decreto s/nº de 01 de Abril de 2023.

#### 1.2 - CONTRATADA – DADOS COMPLETOS

**1.3 - FUNDAMENTO** - A presente contratação **fundamenta-se** na **DISPENSA ELETRÔNICA nº 9007/2024**, tipo “**Menor Preço GLOBAL**”, e no inciso I do **Art. 75 da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021**, no Decreto Municipal nº 20.154 de 1º de fevereiro de 2023, e na Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021, no que for aplicável, e demais legislação correlata.

#### CLÁUSULA SEGUNDA: DO OBJETO

**2.1- OBJETO:** – Contratação de empresa especializada em serviços de reparos e manutenção de imóveis **com material**, para realização de:

- Recomposição de cobertura: reposição de telhas quebradas e adequações do telhado;
- Restituição da parte elétrica: reposição de fios e cabos para funcionamento de tomadas da edificação, restituição de quadro elétrico incluso reposição da entrada de energia e acessórios;
- Limpeza e descarte de materiais.

Nos imóveis de propriedade do IPREMU situados nos endereços:

- Rua Silviano Brandão nº122, Bairro Centro, Uberlândia-MG;
- Rua John Carneiro, nº1460, Bairro Lídice, Uberlândia-MG.

**2.2 - DOS REQUISITOS CONTRATUAIS:** A contratada deverá obedecer a todas às disposições constantes no edital e seus respectivos anexos de dispensa os quais se vinculam a este instrumento contratual. Devendo realizar o objeto conforme quantidades e especificações contidas no Termo de Referência.

#### 2.3 - DOS VALORES:



A contratante pagará à contratada a quantia total de \_\_\_\_\_, sendo R\$ \_\_\_\_\_ referente ao reparo no imóvel localizado na Rua Silviano Brandão nº 122, Bairro Centro, Uberlândia-MG e o valor de R\$ \_\_\_\_\_ referente ao imóvel da Rua John Carneiro, nº1460, Bairro Lídice, Uberlândia-MG.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - FORMA DE PAGAMENTO:**

3.1- A regularidade fiscal e trabalhista da Contratada será verificada, pelo Contratante, no momento da liberação do pagamento, sem prejuízo da obrigatoriedade de manutenção das condições de habilitação e qualificação durante toda a execução contratual.

3.2 - O pagamento será efetuado, 100% (cem por cento) do valor contratado por imóvel, conforme entrega e recebimento definitivo dos serviços de cada imóvel.

3.3 - Os prazos para liquidação e pagamento, nos termos do art. 125, inciso I e II do Decreto Municipal nº 20.154 de 1º de fevereiro de 2023, será 10 (dez dias) úteis para a liquidação da despesa, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pelo órgão contratante; e 10 (dez dias) úteis para pagamento, a contar da liquidação da despesa e consequente assinatura da ordem de pagamento pela autoridade competente, exceto se impostas condições específicas para a aplicação de recursos decorrentes de transferências voluntárias.

3.4- O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

3.5- Eventuais situações de irregularidade fiscal e trabalhista da Contratada ensejará as providências administrativas cabíveis pelo Contratante.

3.6- O empenho para pagamento será sempre emitido pelo Contratante, para o CNPJ e endereço fornecidos na documentação de habilitação e proposta, não sendo possível a substituição dos mesmos, exceto no interesse da administração, através de aditivo contratual, respeitando-se as exigências de apresentação de todas as certidões de quitação fiscal e trabalhista para todos os CNPJ envolvidos até o final da execução contratual, incluindo eventuais aditamentos de prazo.

3.7 – Haverá retenção na fonte do Imposto de Renda – IR, nos termos do Decreto Municipal nº 20.086/2022 e em conformidade com a Instrução Normativa nº 1234/2012, e suas alterações da Receita Federal.

3.8 – As notas fiscais deverão ser emitidas em observância às regras de retenção dispostas na Instrução Normativa nº 1234/2012, e suas alterações, da Receita Federal, conforme dispõe o Decreto Municipal nº 20.086/2022, sob pena de não aceitação por parte da contratante.

3.9 - O CONTRATADO regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e

contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

3.10 - Havendo erro na nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, a nota será devolvida à Contratada e o pagamento ficará pendente até que se efetivem as correções necessárias. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, o que não acarretará qualquer ônus para o IPREMU.

3.11- No caso de atraso pelo Contratante, sem culpa do Contratado, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor– INPC.

#### **CLÁUSULA QUARTA - PRAZO**

4.1 - O prazo de vigência do contrato será de 6 (seis) meses a contar da assinatura do contrato, para fins de garantia.

4.2 - No caso de assinatura eletrônica, o prazo será contado a partir da última assinatura realizada pelas partes na relação contratual.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTE DE PREÇOS**

##### **5.1 – REAJUSTE -**

5.1.1- O Contrato é irrevogável por se tratar de entrega imediata.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DA GARANTIA**

6.1 - A garantia da execução dos serviços iniciará após seu recebimento definitivo, encerrando- se ao final do prazo contratual.

6.2 - Deverão ser atribuídos aos materiais o prazo de garantia de 90 (noventa) dias, contados a partir da data do recebimento definitivo dos serviços.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - RESPONSABILIDADE DAS PARTES**

##### **7.1 - DO CONTRATANTE:**

7.1.1 - Efetuar o pagamento na forma e prazo previstos neste instrumento;

7.1.2 - Acompanhar e fiscalizar através de um de seus servidores a execução dos serviços, objeto desta contratação.

7.1.3 - Fornecer à **CONTRATADA** as informações necessárias à realização das análises e confecção dos relatórios, quando for o caso, no padrão definido em comunicações que lhe forem enviadas pela **CONTRATADA**;

7.1.4 - Enviar à **CONTRATADA** as informações previstas no item anterior, por meio eletrônico, observado o disposto em comunicações que lhe forem enviadas pela **CONTRATADA**, inclusive no que diz respeito aos horários e datas para envio de informações;

7.1.5- Escolher e responsabilizar-se pelos seus técnicos designados para encaminhamento das informações à **CONTRATADA** e análise dos relatórios por ela gerados;

7.1.6 - Observar os termos deste Contrato;

## **7.2 - DA CONTRATADA**

7.2.1 - A Contratada deverá prestar os serviços especificados no termo de referência sem atrasos e cumprir o modelo de execução previsto no mesmo, anexo do edital de licitação que deu origem a este contrato.

7.2.2 - Atender imediatamente às solicitações do Contratante.

7.2.3 - Responder pelo ressarcimento de danos que venha causar ao IPREMU, pessoas e bens de terceiros, por dolo, negligência, imprudência ou imperícia, ficando afastada qualquer responsabilidade do contratante, podendo o IPREMU, no caso reter quantias e pagamentos para o fim de garantir o referido ressarcimento.

7.2.4 - Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação.

7.2.5 - É de responsabilidade da contratada todas as despesas diretas e indiretas tais como Tributos, Taxas, Encargos Sociais, Trabalhistas, Transporte, Hospedagem, Alimentação e demais Encargos de qualquer natureza necessários ao cumprimento integral do objeto contratado não sendo considerados pleitos de acréscimos a esse ou a qualquer título posteriormente.

7.2.6 - Comprovar o registro de todos os profissionais executores dos serviços contratados, sendo apresentada a prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), conforme Termo de Referência;

**SUBCLÁUSULA ÚNICA** - A inadimplência da Contratada, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto contratual, não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto contratado.

## **CLÁUSULA OITAVA – SANÇÕES**

8.1.1.) Os licitantes ou contratados que descumprirem total ou parcialmente as normas administrativas ficarão sujeitos, sem prejuízo das demais responsabilidades, às sanções dispostas na Lei Federal Nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 20.154, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2023.

8.1.2.) Observar-se-á o disposto no Decreto nº 20.154, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2023.

8.1.3.) Na aplicação das sanções, conforme resultados apurados em procedimento administrativo, em que sejam oportunizados a ampla defesa e o contraditório, serão considerados os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, a natureza e a gravidade da infração, os danos que o cometimento da infração ocasionar à Administração Pública, ao serviço e aos usuários, a vantagem auferida em virtude da infração, as circunstâncias gerais agravantes e atenuantes e os antecedentes do licitante ou contratado.

8.1.4.) A cobrança de eventual valor referente às multas aplicadas será realizada nos termos do artigo 136 do mesmo Decreto.

8.1.5.) A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções administrativas e, na hipótese de cumulação, serão concedidos os prazos para defesa e recurso aplicáveis à penalidade mais gravosa.

8.1.6.) A aplicação de sanções administrativas não reduz nem isenta a obrigação da contratada de indenizar integralmente eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, que poderão ser apurados no mesmo processo administrativo sancionatório.

8.1.7.) As sanções relacionadas nos incisos III a V do artigo 132º do Decreto Nº 20.154, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2023, serão informadas ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, ou outro que vier a substituí-lo, e ao Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com o Município de Uberlândia – CADUDI.

8.2- O termo de referência e o edital da licitação se vinculam a este contrato.

## **CLÁUSULA NONA – LEI ANTICORRUPÇÃO**

9.1 A CONTRATADA declara conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação, em especial a Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013) e o Decreto Municipal nº 18.389/2019, comprometendo-se a cumpri-las fielmente, tanto por si quanto por seus sócios, administradores e colaboradores, bem como a exigir o seu cumprimento pelos terceiros por ela contratados.

9.2 As partes do contrato comprometem-se a manter uma conduta ética, honesta e transparente durante toda a vigência do contrato.

9.3. A CONTRATADA assume as seguintes obrigações: I. Não oferecer ou prometer vantagens indevidas a agentes públicos ou a pessoas a eles relacionadas, com o intuito de

obter vantagem indevida, influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios ilicitamente; II. Adotar as melhores práticas de monitoramento e verificação do cumprimento das leis anticorrupção, com o objetivo de prevenir atos de corrupção, fraude, práticas ilícitas ou lavagem de dinheiro por seus sócios, administradores, colaboradores e/ou terceiros por ela contratados; III. Não empregar trabalho escravo ou infantil, exceto nos casos legalmente admitidos; IV. Participar de treinamentos oferecidos pela CONTRATANTE relacionados à lei anticorrupção ou às políticas internas de integridade.

9.4. A CONTRATADA tem a obrigação de comunicar imediatamente à CONTRATANTE, por escrito, caso tome conhecimento de algum pagamento impróprio realizado, direta ou indiretamente, por um de seus sócios, administradores, colaboradores e/ou terceiros por ela contratados.”

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - CASOS OMISSOS:**

10.1- Os casos omissos, assim como as dúvidas, serão resolvidos com base na Lei 14.133 de 1º de abril de 2021 e alterações posteriores, cujas normas ficam incorporadas ao presente instrumento ainda que delas não se faça menção expressa.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FISCALIZAÇÃO**

11.1- O fiscal e gestor do contrato serão oportunamente nomeados por portaria.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- RECURSOS:**

13.1- Para atender a despesa decorrente desta contratação, será utilizado o recurso proveniente da dotação orçamentária nº 1801.09.122.4008.2.162.339039 e previsão na Lei Orçamentária Anual nº 14.150, de 27 de dezembro de 2023.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - FORO**

14.1- Fica eleito o foro da cidade de Uberlândia/MG para dirimir quaisquer dúvidas provenientes do presente instrumento que de outra forma não forem solucionadas, com expressa renúncia das partes a qualquer outro que tenham ou venham a ter por mais privilegiado que este seja.

E por estarem plenamente acordes com todas as cláusulas e condições assinam o presente instrumento perante as testemunhas signatárias em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se a cumprir o presente tão inteira e fielmente como nele se contém, em todas as suas cláusulas e condições, por si e sucessores.

Uberlândia, Data.

**ANDRÉ LUIZ GOULART**

Diretor-Geral do IPREMU

Testemunhas:

---

**Nome:**

**EMPRESA**

Representante

---

**Nome:**

Vistado de forma eletrônica por:

GUSTAVO DE FREITAS NOGUEIRA - PROCURADOR GERAL AUTÁRQUICO  
IPREMU-INST.PREV.MUN.UBERLANDIA  
MAT.11821-4  
Data: 15/04/2024 16:44:40



20240638144IPREMU

Tramitação do Documento  
Identificação Sistema: 20240638144IPREMU  
Nossa Identificação: DISPENSA ELETRONICA  
9007/2027

| #   | Tipo             | Nome                            | Situação                     | Data                |
|-----|------------------|---------------------------------|------------------------------|---------------------|
| 1.  | RESPONSÁVEL DOC. | AMANDA MOREIRA AMARAL           | Doc. em montagem             | 15/04/2024 13:36:22 |
| 2.  | RESPONSÁVEL DOC. | AMANDA MOREIRA AMARAL           | Doc. enviado para Visto      | 15/04/2024 13:52:29 |
| 3.  | VISTANTE         | GUSTAVO DE FREITAS NOGUEIRA     | Recebido                     | 15/04/2024 13:52:29 |
| 4.  | VISTANTE         | GUSTAVO DE FREITAS NOGUEIRA     | Ciente                       | 15/04/2024 16:44:33 |
| 5.  | VISTANTE         | GUSTAVO DE FREITAS NOGUEIRA     | Vistado                      | 15/04/2024 16:44:40 |
| 6.  | VISTANTE         | GUSTAVO DE FREITAS NOGUEIRA     | Doc. enviado para Assinatura | 15/04/2024 16:44:40 |
| 7.  | ASSINANTE        | André Luiz Goulart              | Recebido                     | 15/04/2024 16:44:40 |
| 8.  | ASSINANTE        | ANDRE LUIZ GOULART              | Ciente                       | 15/04/2024 17:30:53 |
| 9.  | ASSINANTE        | ANDRE LUIZ GOULART              | Assinado                     | 15/04/2024 17:31:07 |
| 10. | DESTINATÁRIO     | FRANCIENE ALVES DA SILVA ORDUNA | Recebido                     | 15/04/2024 17:31:11 |